

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS
RUA AFONSO PENA N° 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.
PATO BRANCO – PARANÁ

PARECER JURÍDICO FINAL nº 490/2021
PROCESSO 197/2021 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 038/2021

I - EMENTA

Direito administrativo. Dispensa de Licitação. Contratação emergencial de Empresa especializada na prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial desarmada, 24 horas, de segunda a domingo e feriados.

II– DOS FATOS

Trata o presente de consulta elaborada pelo Setor de Licitações, em que se requer a elaboração de parecer jurídico relativo à regularidade do processo de dispensa em razão de justificativa do art. 24, IV e art 26 da lei 8.666/93.

III- RELATÓRIO

Versam os presentes autos sobre a dispensa de licitação nº 038/2021, para contratação da Empresa PRIMEIRA AÇÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA para prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial.

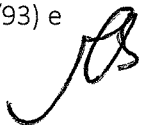
Constam desse processo administrativo, dentre outros, os seguintes documentos:

- 01) Solicitação inicial – evento 02
- 02) solicitação de orçamentos e orçamentos – evento 03
- 03) Solicitação de abertura de licitação – evento 04
- 04) Parecer Contábil – evento 05
- 05) Autorização para abertura de processo administrativo de licitação – evento 06
- 06) Ato de Consórcio – evento 07
- 07) Justificativa de dispensa e termo de referência – evento 08
- 08) documentação proposta vencedora – evento 09
- 09) Ata de Reunião de Abertura e Julgamento de Processos Licitatórios – evento 10
- 10) pedido de parecer jurídico – evento 11

É o relatório

IV– DO PARECER

O presente parecer visará ao exame da conformidade dos atos praticados com a lei (lei 8.666/93) e o edital.




Dessa forma, concluindo-se pela homologação da presente dispensa, esse parecer restringir-se-á tão-somente ao plano da legalidade, cabendo à autoridade competente deliberar acerca da conveniência e oportunidade da homologação.

No mérito, houve a escolha pela dispensa de licitação, com a justificativa de que a contratação do referido fornecedor por meio da realização de procedimento licitatório torna-se inviável tendo em vista que a urgência da situação afasta o trâmite natural do procedimento licitatório, considerando o bem jurídico exposto a risco.

V – CONCLUSÃO

Diante do exposto, s.m.j., com base nas razões de fato e de direito narradas, esse parecerista se manifesta, no que tange ao plano de legalidade, pelo prosseguimento do feito, e, caso a autoridade competente entender conveniente, pode homologar a presente dispensa.

Pato Branco, 29 de dezembro de 2021



Maria Cecília Soares Vannucchi
OAB/PR 35.313